

BANCO PAULISTA

Experiência e solidez para oferecer soluções financeiras com qualidade para você e para seus negócios.

O **BANCO PAULISTA** anuncia seus Resultados do Exercício de 2017, reforçando sua atuação em operações de câmbio, em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio e grande portes e de estruturação de operações para distribuição a terceiros.

E, através da SOCOPA, sua subsidiária integral, na prestação de serviços de gestão, custódia e administração de fundos, nas operações em Bolsas de Valores e de Mercadorias, na Corretagem de Câmbio e nos investimentos através da Internet (Socopa Invest).

O foco em produtos e atividades com reconhecida competência no mercado suportam a consistência dos resultados operacionais nos últimos anos.

Principais Indicadores do Exercício de 2017

(em milhares de Reais)

50.115

Lucro Líquido

226.577

Patrimônio Líquido

955.846

Depósitos

2.804.175

Ativo Total

494.589

Carteira de Crédito

20,75%

Índice de Basileia

As Demonstrações Financeiras do BANCO PAULISTA (Consolidado) e da SOCOPA estão em nossos sites.



BANCO PAULISTA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 2º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000
Ouviodoria: 0800-772-6116
CNPJ nº 61.820.817/0001-09

www.bancopaulista.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Paulista relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resultado, Patrimônio Líquido, Ativos e Recursos Captados: O lucro líquido do Banco Paulista no exercício alcançou R\$ 50 milhões e o patrimônio líquido R\$ 226,6 milhões. Os ativos totalizaram R\$ 2,8 bilhões e estavam formados por R\$ 181,6 milhões de Operações de Câmbio, R\$ 435,3 milhões

de Operações de Crédito e R\$ 472,2 milhões de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Os recursos captados foram de R\$ 2,1 bilhões.

Governança, Gerenciamento de Riscos e Recursos Humanos: O Banco Paulista conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios, na especialização funcional das áreas e na segregação de funções. Para informações detalhadas, acessar: https://www.bancopaulista.com.br/Conteudos/Governanca_Riscos.aspx. Os colaboradores do Banco Paulista atuam em conformidade com suas

atribuições e os procedimentos estabelecidos, dentro de uma cultura que incentiva o respeito e o envolvimento de todos. O Banco Paulista contava com 303 colaboradores em 31 de dezembro de 2017.

Agradecimentos: A administração do Banco Paulista S.A. agradece aos clientes pela preferência e confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 15 de março 2018. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2017 e 2016

	Notas explicativas	2017	2016
		(reapresentado)	(reapresentado)
ATIVO			
Circulante		2.087.348	2.216.803
Disponibilidades		3.386.196	442.766
Em moeda nacional	4	70.381	75.271
Em moeda estrangeira	4	265.797	367.435
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.078.254	1.005.080
Aplicações no mercado aberto	4/5	1.046.452	960.072
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	31.802	45.008
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		71.606	20.903
Carteira própria	6	70.628	18.230
Instrumentos financeiros derivativos	7	978	6.773
Recursos interfinanceiros		22.613	19.460
Créditos vinculados		22.613	19.460
Operações de crédito		263.001	329.320
Operações de crédito - Setor privado	9	263.719	329.320
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.718)	(8.560)
Outros créditos		312.643	394.222
Carteira de câmbio	10	181.629	282.161
Negociação e intermediação de valores		8.819	27.948
Diversos	11	112.978	84.581
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(783)	(468)
Outros valores e bens		3.053	5.112
Despesas antecipadas	12	139	176
Outros valores e bens	12	2.914	4.936
Realizável a longo prazo		598.315	489.477
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		400.675	392.670
Carteira própria	6	177.568	177.568
Vinculados a operações compromissadas	6	152.715	99.422
Vinculados à prestação de garantias	6/7	108.974	115.680
Operações de crédito		172.227	172.227
Operações de crédito - Setor privado	9	172.227	172.227
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(3.747)	(1.026)
Outros créditos		25.313	57.333
Diversos	11	25.313	57.333
Permanente		118.512	108.061
Investimentos		109.881	100.995
Participações em coligadas e controladas no País	13	107.848	98.970
Outros investimentos		2.285	2.177
(-) Provisões para perdas		(252)	(252)
Imobilizado de uso		2.559	2.581
Imóveis de uso		957	957
Outras imobilizações de uso		7.541	6.916
(-) Depreciações acumuladas		(5.339)	(5.293)
Intangível		6.072	4.585
Ativos intangíveis	14	8.198	6.402
(-) Amortizações acumuladas	14	(2.126)	(1.817)
Total do ativo		2.804.175	2.814.341

	Notas explicativas	2017	2016
		(reapresentado)	(reapresentado)
PASSIVO			
Circulante		2.152.553	2.218.962
Depósitos à vista	15	140.993	150.742
Depósitos interfinanceiros	15	171.312	114.428
Depósitos a prazo	15	216.551	391.070
Captações no mercado aberto		964.406	917.897
Carteira própria	16	152.351	99.082
Carteira de terceiros	16	182.055	818.815
Recursos de ativos e emissão de títulos		49.113	58.690
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias	17	49.113	58.690
Relações interdependências e interfinanceiras		153.693	183.399
Correspondentes		650	708
Recursos em trânsito de terceiros		153.043	182.685
Obrigações por empréstimos e repasses		38.529	40.367
Obrigações em moeda estrangeira	17	29.105	29.105
Repasses no País - Instituições oficiais	17	9.425	12.820
Outras obrigações		317.556	362.375
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	10	191.028	285.719
Carteira de câmbio	18a	4.923	6.101
Fiscais e previdenciárias	18a	4.923	6.101
Negociação e intermediação de valores	18b	41.723	31.272
Divida subordinada	18b	38.351	42.1
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	3.930
Depósitos	18c	40.661	31.138
Depósitos a prazo		429.045	399.294
Recursos de ativos e emissão de títulos		326.990	308.670
Recursos e letras imobiliárias, hipotecárias	15	326.990	308.670
Outras obrigações		41.338	71.568
Fiscais e previdenciárias	18a	39.474	49.412
Divida subordinada	18b	27.056	58.649
Diversas	18c	7.296	3.907
Patrimônio líquido		226.577	196.805
Capital social - domiciliado no país	19	177.000	177.000
Aumento de capital		16.500	-
Reservas de lucros		31.222	18.481
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Derivativos		1.855	604
Total do passivo		2.804.175	2.814.341

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros e Reservas estatutárias	Ajuste ao valor de mercado	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	127.000	35.000	5.062	18.683	(9.514)	176.231	336.462
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.381	37.381
Aumento de capital	50.000	(35.000)	-	-	-	15.000	15.000
Reserva legal	-	-	1.870	-	-	(1.870)	-
Reserva estatutária	-	-	-	12.511	-	(12.511)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(13.000)	(13.000)
Dividendos	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)	(15.000)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	10.118	2.473	12.591
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	177.000	6.932	11.549	604	196.085	50.115	534.285
Mutações no exercício	50.000	(35.000)	1.870	7.134	10.118	19.854	92.985
Saldos em 30 de junho de 2017	177.000	6.932	11.549	604	196.085	50.115	534.285
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.500	15.500
Aumento de capital	-	16.500	-	-	-	(12.506)	4.000
Reserva legal	-	-	2.906	-	-	(2.906)	-
Reserva estatutária	-	-	-	33.609	-	(33.609)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)
Dividendos	-	-	-	(23.374)	-	(23.374)	(23.374)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	1.251	2.673	3.924
Saldos em 31 de dezembro de 2017	177.000	16.500	9.438	21.784	1.855	226.577	543.154
Mutações no exercício	-	-	2.506	10.235	804	30.492	44.543
Saldos em 30 de junho de 2017	177.000	16.500	7.907	30.074	1.415	216.396	543.154
Aumento de capital	-	16.500	-	-	-	30.615	47.615
Reserva legal	-	-	1.531	-	-	(1.531)	-
Reserva estatutária	-	-	-	15.084	-	(15.084)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)
Dividendos	-	-	-	(23.374)	-	(23.374)	(23.374)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	440	440	440
Saldos em 31 de dezembro de 2017	177.000	16.500	9.438	21.784	1.855	226.577	543.154
Mutações no semestre	-	-	1.531	8.290	440	10.181	20.442

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2017 e 2016

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Paulista ("Banco") é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio e grande porte, em operações de câmbio de comércio exterior e financeiro e na prestação de serviços, de custódia e administração de fundos e de estruturação de operações para venda e distribuição. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de sua controlada SOOPN - Sociedade Corretora Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controlados.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.538/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e ainda sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de mudanças inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente e estas demonstrações foram aprovadas em 14 de março de 2018. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e reconhecimento de erros de exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão sendo reapresentados devido ao reconhecimento de impostos a recuperar e crédito tributário de períodos anteriores.

Balanços patrimoniais:

	Divulgação anterior 2016	Ajustes 2016	Saldo ajustado 2016
Ativo			
Circulante	2.215.118	1.685	2.216.803
Outros créditos (nota 11)	392.537	1.685	394.222
Realizável a longo prazo	486.241	3.236	489.477
Outros créditos (nota 11)	34.917	3.236	38.153
Total do ativo	2.809.420	4.921	2.814.341
Patrimônio líquido	191.164	4.921	196.085
Reservas de lucros	13.560	4.921	18.481
Total do passivo	2.809.420	4.921	2.814.341

Imposto de renda e contribuição social

	Divulgação anterior 2016	Ajustes 2016	Saldo ajustado 2016
Ativo fiscal diferido	(24.100)	1.217	(22.883)
Lucro por lote de mil ações - R\$	36.164	1.217	37.381
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido:	134.57	-	139.10

3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência). As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastream as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificadas em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado de valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduções os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de venda, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- **Operações de swap** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem no dia; reconhecidas as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- **Operações de termo** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de

ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro rata até a data do balanço. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge accounting são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de resultados e despesas em operações de câmbio, contabilmente classificadas no nível "H", independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são avaliadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas.

Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 9.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - Impairment
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado, diferido e intangível
Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de ativos e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos com base pro rata dia de acordo com o método exponencial. As atualizações às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são



Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2017 e 2016

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descompassamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	95.851	42.003
Notas do Tesouro Nacional - NTN	13.123	73.677
Cotas de Fundos	108.974	115.680

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Futuros	18.523	54.326
Operações a termo - NDF	(6.786)	3.911
	11.737	58.237

3 RISCOS DE RISCOS

O processo de gerenciamento de riscos no Banco é parte fundamental do processo de tomada de decisão e de acompanhamento periódico das performance dos negócios realizados, nos diversos mercados e segmentos em que atua.

O Banco utiliza 3 componentes para a organização das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos: contexto operacional e de negócio, estrutura de governança e organograma funcional das áreas.

• Contexto operacional e de negócio, com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar riscos;

• Estrutura de governança, que conta com comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, com formalização das decisões relevantes;

• Estrutura organizacional, que tem por base a definição de atribuições específicas, que assegurem segregação e independência de funções.

A Diretoria, composta por diretores estatutários, tem ampla sempre compartilhada para a tomada de decisões que impactem o negócio e, no âmbito destes fóruns, as decisões são definidas por votação majoritária.

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da Instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez, de crédito, de mercado, operacional e Gestão de Capital.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez tem origem no descompasso de volumes e prazos, entre os direitos e obrigações, descompasso este que impossibilita que sejam honradas e liquidadas as obrigações financeiras. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e define o volume de "colchão" de segurança, ou liquidez mínima, que deve ser constituído e mantido pela Instituição.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo o provimento de funding e a gestão das aplicações e captações nos horizontes de curto e de longo prazo. No horizonte de curto prazo, é priorizada a diversificação de fontes de captação. No horizonte de longo prazo, é priorizado o casamento temporal entre captações e aplicações. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12, do CMN.

b) Risco de crédito

O risco de crédito tem origem no não recebimento de direitos financeiros e na efetivação de desembolsos para honrar obrigações financeiras. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e o rating de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e condições de garantias para fazer frente e permitir a cobertura das eventuais perdas potenciais pela Instituição.

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo a prévia avaliação do grau de risco, o acompanhamento da diversificação e a constituição suficiente de garantias, ou collateral.

A realização de perdas financeiras incorridas pela Instituição. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.721/09, do CMN.

c) Risco de mercado

O risco de mercado tem origem quando as posições detidas têm seu valor alterado, em função de alteração nos preços praticados no mercado. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente a tendência e o comportamento dos indicadores financeiros e dos preços de mercado de suas exposições, avaliando a necessidade de venda ou negociação de novas operações.

O gerenciamento do risco de mercado tem por objetivo a maximização da relação entre o retorno financeiro e os riscos decorrentes da variação no valor de mercado das exposições, de forma compatível com a estratégia e o prazo de carregamento destas exposições, banking ou trading. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.711/09, do CMN.

d) Risco operacional

O risco operacional tem origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas, processos judiciais inadequados junto a clientes ou relativos a produtos e serviços, interrupção indevida das atividades da instituição, falhas em sistemas e processos e o descumprimento de prazos contratuais ou regulamentares. Para fazer frente a este risco, o Banco comitê e categoriza periodicamente estes eventos, monitorando a eficácia dos planos de melhoria adotados para minimizar a sua recorrência.

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo a captura organizada de informações sobre as fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e a adoção de planos de melhoria correspondentes. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.380/06, do CMN.

e) Gestão de capital

O gerenciamento de capital conta com processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da instituição, incluindo o planejamento e a projeção de metas de necessidade de capital, e consistentemente com o plano orçamentário e as metas e estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura dos riscos decorrentes.

Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, subdividido em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II (Instrumentos Híbridos), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para esta fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/13, nº 4.193/13 e nº 3.988/11, do CMN.

31 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

Por Tipo de operação	2017	2016
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	315.077	305.049
Financiamentos - Notas de crédito à exportação	129.716	70.416
Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação	444.793	378.380
Outros créditos:		
Direitos creditórios sem coobrigação (nota 11)	49.796	42.559
Total das operações de crédito	494.589	420.939
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.455)	(9.586)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(10.248)	(10.054)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	484.341	410.885

b) Por setor de atividade

	2017	2016
Sector privado		
Indústria	171.941	121.912
Comércio	125.791	75.608
Serviços	180.128	192.069
Pessoas físicas	15.729	31.350
Total	494.589	420.939

c) Por faixa de vencimento

	2017	2016
Parcelas vencidas	29.884	21.419
Parcelas vincendas	110.473	181.504
Até 90 dias	124.431	181.504
De 91 dias a 180 dias	86.105	72.355
De 181 dias a 360 dias	176.073	40.500
Acima de 360 dias	494.589	420.939

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Curso normal	Vencidas	Total	%	2016	Total	%
A	12.015	-	12.015	2,43	-	-	-
B	357.963	878	358.841	72,56	288.088	68,44	
C	112.003	532	112.535	22,75	123.724	29,68	
D	1.330	1.330	2.660	0,54	1.689	0,40	
E	7.642	1.810	9.452	1,91	9.899	2,35	
F	208	49	257	0,05	208	0,05	
G	197	3	200	0,04	423	0,10	
H	1	12	13	0,00	116	0,03	
	491.305	3.284	494.589	100,00	420.939	100,00	

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo no início do exercício	10.054	11.330
Constituições líquidas	1.323	4.666
Reversões de créditos contra prejuízo	(11.129)	(9.442)
Saldo no final do exercício	10.248	10.054

f) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 10.672 (R\$ 10.087, em 2016).

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 2.090 (R\$ 1.581, em 2016).

g) Cessões de crédito

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

h) Rendas com operações de crédito

	2017	2016
Empréstimos e títulos descontados	58.717	65.173
Financiamentos	15.332	11.441
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.090	1.581
Adiantamentos a depositantes	272	199
Total do resultado com operações de crédito	76.411	78.394

10 CARTEIRA DE CÂMBIO

	2017	2016
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	74.477	148.611
Direitos sobre venda de câmbio	112.478	136.585
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	(6.326)	(3.035)
Total	180.629	182.161

Passivo

	2017	2016
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	117.275	136.872
Obrigações por compra de câmbio	73.753	148.847
Total	191.028	285.719

11 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2017	2016
Circulante		
Impostos a compensar	18.891	20.124
Créditos tributários (nota 25b)	19.950	18.000
Devedores diversos no país (ii)	10.301	2.242
Devedores por depósito em garantia (nota 28b)	5.955	-
Títulos e créditos a receber (i)	57.546	43.402
Outros	335	813
Total	112.978	84.581

Realizável a longo prazo

	2017	2016
Créditos tributários (nota 25b)	12.346	40.099
Devedores por depósito em garantia (nota 28b)	5.440	10.470
Títulos e créditos a receber (i)	7.502	6.739
Outros	25	25
Total	25.313	57.333

(i) Inclui o montante de R\$ 49.796 (R\$ 42.559 em 2016) relativo a Direitos Creditórios sem coobrigação (nota 9a);

(ii) Recursos antecipados de Câmbio.

COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.198/04, o Comitê de Auditoria do Grupo Paulista foi instituído em 02/03/2012 com as seguintes atribuições: a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição; b) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relação de Administração e relatório do auditor independente; c) avaliar a efetividade das auditorias independentes e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Grupo Paulista, além de regulamentos e códigos internos; d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria do Grupo Paulista, das recomendações feitas por auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria; e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Grupo Paulista, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade; f) recomendar à Diretoria do Grupo Paulista a correção ou aprimoramento de políticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria do Grupo Paulista e auditorias independente e interna; h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se

12 OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Circulante		
Bens não de uso - Veículos/móveis/máquinas	2.914	4.936
Despesas antecipadas	139	176
Total	3.053	5.112

13 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Referem-se, substancialmente, à participação na Controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. As principais informações sobre a controlada são as seguintes:

	2017	2016
Quantidade de ações possuídas	2.300	2.300
Capital social	66.000	66.000
Patrimônio líquido	98.970	94.626
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(69)	(18)
Lucro líquido do exercício	8.947	4.367
Percentual de participação	100%	100%
Saldo do investimento	107.848	98.970
Resultado de participação patrimonial	8.947	4.367

14 ATIVOS INTANGÍVEIS

	2017	2016
Software		
Taxa de amortização	20%	20%
Outros intangíveis (*)	5.400	4.000
Total	8.198	6.072

(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os direitos autorais para a exploração de novo produto.

15 DEPÓSITOS

	2017	2016
Sem vencimento		
1 a 90 dias	-	-
91 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	-	-
Total	89.205	100.307

A vista - Moeda nacional 89.205 - 100.307

A vista - Moeda estrangeira 51.788 50.435

Interfinanceiros 125.322 45.990 171.312 114.428

A prazo 151.055 165.496 326.990 643.541 699.740

Total 140.993 276.377 211.446 326.990 958.846 964.910

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas com "Depósitos" foram de R\$ 78.744 (R\$ 113.458 em 2016). (nota 20)

16 CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	2017	2016
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	152.351	54.624
Notas do Tesouro Nacional - NTN	152.351	99.802

Carteira de terceiros

	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	313.028	689.231
Letras do Tesouro Nacional - LTN	499.027	129.584
Notas do Tesouro Nacional - NTN	812.055	818.815
Total	1.624.460	1.637.690

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas com "Captações no Mercado Aberto" foram de R\$ 92.512 (R\$ 108.790 em 2016). (nota 20)

17 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSAS E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	2017	2016
Sem vencimento		
1 a 90 dias	-	-
91 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	-	-
Total	-24.778	4.326

Obrigações por empréstimos - Empréstimos no exterior (i) - 24.778 4.326 - 29.104 27.547

Repasses do país - Instituições - 9.425 - - 9.425 12.820

Recursos de aceites e emissão de títulos

	2017	2016
Obrigações por emissões de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (ii)	-	-
Obrigações por emissões de Letras de Crédito Imobiliários - LCI (iii)	9.425.433.10	22.425.12.882
Total	9.425.433.10	22.425.12.882

(i) Os empréstimos no exterior são efetuados com intuito de terem seus recursos destinados a aplicações em operações de câmbio, estão sujeitos a taxas de juros prefixadas. A taxa praticada foi de 4,5% a 4,75% ao ano, dependendo dos volumes, prazos e condições de mercado;

(ii) Os depósitos do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Organismos Convidados Orgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH;

(iii) Referem-se à Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi de 85% a 100% do CDI;

(iv)

**BANCO PAULISTA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 2º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000

Ouvidoria: 0800-772-6116

CNPJ nº 61.820.817/0001-09

www.bancopaulista.com.br

...Continuação

DIRETORIA EXECUTIVA

AURO SEIGUI UEHARA - Contador - CRC 1SP162.120/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas do Banco Paulista S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Paulista S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2018


ERNST & YOUNG
Auditor Independente S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppé
Contador CRC-1SP172167/O-6